



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE, AUSTELINO CORREIA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA “*VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM CABO VERDE*”

Assembleia Nacional, 30 de maio de 2022

Digníssimos Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Começo a minha intervenção, cumprimentando todas e todos os presentes nesta conferência sobre “*Violência Contra as Mulheres em Cabo Verde*”, e augurando que, com ela, os seus promotores consigam alcançar os objetivos traçados em prol de uma sociedade de mulheres e homens que, juntos e de mãos dadas, vão marcando passos firmes na construção de um futuro de prosperidade e felicidades para todos.

Antes de prosseguir, permitam-me que cumprimente, de forma muito especial, o Senhor Vice-Reitor da Universidade Lusófona de Cabo Verde, o Dr. José Manuel Sanches Tavares, pela brilhante iniciativa de trazer a debate, em ambiente académico, o tão importante e atual tema. Sinto-me muito honrado pelo convite que Vossa Excelência me endereçou para, na qualidade de Presidente da Casa Parlamentar cabo-verdiana, presidir à abertura desta tão importante e oportuna conferência.

Ilustres individualidades,

Minhas Senhoras e meus Senhores,



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Mais uma vez a problemática da violência contra as mulheres nos reúne e, desta vez, com o objetivo de sensibilizar e promover o engajamento social de todos no combate para a erradicação de práticas de violência contra as mulheres.

Urge, de facto, que todos assumamos essa luta como condição fundamental para o desenvolvimento sustentável do nosso país e do mundo. Não haverá desenvolvimento sem igualdade de géneros. Uma sociedade que discrimina as suas mulheres e meninas, que permite práticas de violência e abusos contra estas, jamais atingirá os patamares do desenvolvimento, no verdadeiro sentido do termo.

Senhor Vice-Reitor

Senhoras e senhores participantes

Excelências

A problemática da violência contra as mulheres acompanha o percurso da história da humanidade. Estamos perante um assunto que extravasa as fronteiras nacionais, ligado essencialmente a uma diferenciação, aparentemente “natural”, entre mulheres e homens, essencialmente marcada pela supremacia da força física e por desiguais estilos de trabalho, exercidos entre um e outro género, que intencionalmente ou não, se tornou quase que cultural, relegando a mulher para uma situação de inferioridade evidente e na qual ela se manteve globalmente conformada, por largos milénios.

Felizmente que o mundo acordou e esforços gigantesco vêm sendo feitos para mudar o rumo da situação, fazendo a mulher ocupar o lugar a que tem direito, o seu lugar por direito próprio, em igualdade de oportunidade com o homem. Contudo, não apesar de toda a luta que vem sendo travada no sentido da igualdade e com resultados bastante animadores, ainda temos muito que fazer para alcançarmos a meta pretendida.

Em Cabo Verde, a questão da igualdade de género está na agenda política nacional, desde os primórdios da independência, tendo os sucessivos governos dado o seu melhor.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Uma opção assertiva para um país desprovido de recursos naturais. Não podemos alcançar o desenvolvimento sem aposta forte na valorização do nosso capital humano, mas de todo ele. Portanto, a luta pela igualdade de género não é apenas uma questão de direitos, mas, também, uma questão de aproveitamento, sem discriminação, de todo esse potencial.

A 5 de julho de 1975, inaugurou-se uma era de emancipação da mulher, tendo sido dado passos importantes para a criação das condições de promoção da igualdade e de luta contra todas as formas de discriminação.

Ainda que se admita que a organização social reinante e a presença de várias condicionantes, anteriormente instaladas, numa população bastante conservadora e pobre não permitiram um avanço desejado na matéria, durante os primeiros 15 anos do pós-independência, é de se reconhecer que foram lançadas bases sólidas para se prevenir e combater a desigualdade e a violência baseadas no género.

Com o advento da Democracia, em 1991, e a aprovação da Constituição, de 1992, o Estado assumiu, como tarefa fundamental, a promoção da IGUALDADE, o exercício da LIBERDADE e a remoção dos obstáculos ao exercício dos DIREITOS, passando, então, a proteção da família, da MULHER, das crianças e dos portadores de deficiência, a ser obrigação, também, do Estado e dos poderes públicos.

Hoje, podemos afirmar que a situação é, tendencialmente, de melhorias profundas e avanços sistemáticos, graças à militância e trabalho cooperativo de muitos nessa empreitada de pôr um basta à violência contra as mulheres. Como resultado destaca-se a aprovação pelo Parlamento, sobre forte impulso da sociedade civil organizada, da Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de janeiro, que estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no género (a chamada lei VBG).

Nela ficou refletida a preocupação de, não apenas se combater a violência baseada no género, punindo de forma agravada o crime, mas, também, a necessidade de se combater



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

a desigualdade entre homens e mulheres, principalmente, através da promoção da igualdade efetiva, por meio de políticas públicas e incentivos ao comprometimento social. Essa lei foi o motor que permitiu um quadro claro de luta, tendo contribuído de forma efetiva para o atual estado evolutivo.

A complementá-la adotamos, em 2019, a Lei da Paridade (Lei nº 68/IX/2019, de 28 de novembro) que trouxe mais mulheres para a política e para os centros de discussão e decisão, enquanto partes na solução dos problemas de desigualdade e discriminação baseada no género.

Dados do último estudo sobre a matéria (realizado em 2018 e apresentado em 2019) nos dão conta que, de 2005 a 2018, a violência baseada no género diminuiu de 21 para 11%. Do mesmo modo, o Feminicídio, também, estava em trajetória descendente, tendo-se registado apenas um caso em 2019 contra 8 casos em 2018.

Os dados de hoje podem estar, sensivelmente, alterados, provavelmente pela prevalência da Covid_19, entre nós, e por uma degradação expectável do nível de vida das pessoas, em resultado das crises que o mundo de hoje enfrenta, situações propensas para violências e abusos, como de resto evidenciam os dados mais recentes produzidos pelo Escritório das Nações Unidas em Cabo Verde, segundo os quais, o Lar é o lugar mais perigoso para as mulheres e o local, por excelência, de violência de longa duração contra mulheres e meninas.

Excelências,

Como é evidente, estamos perante uma problemática de dimensões estruturais, cuja solução exige ação prolongada no tempo, requer ação sobre a estrutura familiar, na escola - do básico ao superior - e nas organizações da sociedade, sempre com o devido enquadramento e a normalização competente por parte das autoridades, técnica e politicamente, vocacionadas.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Devemos, pois, tratar a problemática da VBG, enquadrada pelo direito constitucional à Igualdade e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que Cabo Verde subscreveu e incorpora na sua planificação interna, especialmente os objetivos 5 (Igualdade de Géneros) e 10 (Redução das desigualdades).

As ações de futuro têm de ser claras e reunir o mais amplo consenso social e político. A iniciativa da Universidade Lusófona enquadra-se muito bem nesse particular, pois, a intervenção da Academia é fundamental, sobretudo, porque a solução global e efetiva exige estudos aprofundados e investigação aturada, desenvolvidos, primordialmente, pelas Universidades.

Por essa razão, acarinho este evento e venho cá trazer-vos, em nome da Assembleia Nacional e do seu Presidente, uma mensagem de que estamos numa boa luta, conseguiremos alcançar os objetivos almejados, devemos continuar perseverantes, acreditar e ter muita esperança.

Estou expectante que, desta conferência, saiam luzes capazes de contagiar positivamente e motivar todos aqueles que não dão a devida importância à problemática em debate, ou que acham não ter nada a ver com o assunto, ou ainda, consideram ser um assunto de moda e um exercício de cosmética.

Na verdade, contribuir para a realização da igualdade entre mulheres e homens é uma obrigação de todo o bom cidadão, é um exercício de cidadania, é manifestação de interesse em ter uma sociedade mais justa, tolerante, segura, de sã convivência e de paz.

Temos que, e devemos, empoderar as mulheres! E esse empoderamento começa por cultivarmos atitudes e comportamentos de promoção da erradicação da violência contra as mulheres e das desigualdades ainda existentes entre mulheres e homens.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Que todas e todos façamos nosso o objetivo com que nos desafia a Universidade Lusófona. Valorizemos e incentivemos esse comprometimento, como exemplo a seguir. Abracemos a tão nobre causa.

Com estas palavras finais, e com especial prazer, declaro aberta a conferência “***A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM CABO VERDE***”.

Muito obrigado pela vossa atenção.